



**ESTADO DO AMAZONAS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

S.P.Q.R.

**PROVA DISCURSIVA  
GRUPO TEMÁTICO IV**

**CONCURSO PARA INGRESSO NA  
CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DO AMAZONAS**

**24/01/2016**

 **FMP | Concursos**

## **Prezado Candidato:**

Você está recebendo um caderno com a **Prova Discursiva e três folhas de respostas**, cada uma correspondendo a uma questão. Leia, com a máxima atenção, as instruções abaixo.

### **Quanto ao Caderno de Prova:**

- 1) O presente caderno contém 3 (três) questões discursivas que devem ser respondidas em até 60 (sessenta) linhas. Confira cuidadosamente o material que lhe foi entregue e verifique se ele está completo e legível. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala outro caderno de prova. Iniciada a prova, não faça mais perguntas. A interpretação das questões é parte integrante da prova.
- 2) A Prova Discursiva terá duração de 4h (quatro horas), incluindo a leitura das instruções, a resolução das questões e o preenchimento da folha de respostas.
- 3) Será permitida, na Prova Discursiva, a consulta a textos legais não comentados ou anotados, à legislação contida em publicações editoriais não comentada/anotada, sendo vedadas quaisquer anotações feitas nos textos legais. Não será permitida a consulta às súmulas de Tribunais.
- 4) As linhas abaixo das questões são destinadas para rascunho. A resposta deverá ser transcrita na folha de resposta com capeamento de identificação destacável e correspondente a toda prova.
- 5) Não será permitida a saída da sala antes de transcorridas 02 (duas) horas do início da prova.
- 6) O caderno de questões poderá ser levado no decurso dos últimos quinze minutos anteriores ao horário determinado para o término da prova.

### **Quanto à Folha de Respostas:**

- 1) A Folha de Respostas é parte integrante desta prova e terá identificação do candidato feita por meio de número aleatório em código de barras, para identificação eletrônica e em capeamento de prova destacável, em que o candidato está previamente identificado pelo nome e número de inscrição.
- 2) Confira seus dados na parte de identificação destacável e aponha sua assinatura no local indicado.
- 3) Para cada uma das questões, preencha, obrigatoriamente, a respectiva folha de respostas. O preenchimento correto da folha de respostas é de inteira responsabilidade do candidato e deve ser feito com caneta esferográfica de tinta azul ou preta de material transparente.
- 4) Não serão consideradas as respostas dadas em folha de resposta diferente da da questão a que se refere. Qualquer assinalação que possibilite a identificação do candidato, exceto a aposição de assinatura no capeamento destacável, será passível de anulação. Não amasse e não dobre as folhas de respostas.
- 5) Não é permitido o uso de qualquer tipo de material fotocopiado, independentemente da origem, de impresso obtido por intermédio da Internet, exceto os expressamente autorizados para esta prova, nem uso de equipamentos eletrônicos ou similares, bem como protetores auriculares, óculos escuros, artigos de chapelaria.

**BOA PROVA!**

## Direito da Criança e do Adolescente

A Constituição Federal de 1988, tendo como parâmetro a doutrina da proteção integral, assegura direitos fundamentais à criança e ao adolescente. Discorra sobre o direito à convivência familiar, de forma fundamentada e com amparo nos dispositivos legais em vigor, atentando para os seguintes aspectos: a) hipóteses em que é possível o afastamento da criança/adolescente do convívio familiar; b) atribuição/competência para proceder ao afastamento; c) medidas a serem adotadas no caso de afastamento da criança/adolescente do convívio familiar; d) exigências referentes à localização do acolhimento institucional; e) medidas a serem adotadas nos casos de impossibilidade de retorno à família de origem.

S.P.Q.R.

PREPARO JURÍDICO

CURSOS PARA CONCURSOS

S.P.Q.R.

PREPARO JURÍDICO

CURSOS PARA CONCURSOS

## Direito Ambiental

José Neves adquiriu de Reinaldo Arantes, em 20 de agosto de 2014, uma área rural de 10.000 hectares situada integralmente no cerrado da Amazônia Legal. Em 20 de maio de 2015, José Neves fracionou a área, vendendo metade do que havia adquirido para José Silva. Quando dessa venda, José Neves já havia desmatado 80% da área alienada para José Silva para implantação de cultivo agrícola.

1. Considerando as disposições vigentes a respeito da Reserva Legal, poderia José Neves ter desmatado 80% dos 5000 hectares vendidos para José Silva?

2. Após ação fiscal conjunta dos órgãos ambientais federal e estadual, o Ministério Público, por meio do Promotor de Justiça da Comarca onde está situado integralmente o desmatamento para cultivo agrícola, demandou José Silva e José Neves em ação civil pública com o fim de condenar ambos, solidariamente, à reparação dos danos ambientais causados à reserva legal. Agiu certo esse Promotor?

3. Qual o fundamento legal e doutrinário para a ação ter sido ajuizada conjuntamente contra o alienante e contra o adquirente?

4. Pode o Promotor exigir do alienante (José Neves) e do adquirente (José Silva), na mesma demanda, a obrigação de fazer consistente em identificar e registrar as respectivas reservas legais de seus imóveis no Cadastro Ambiental Rural (CAR)? Por quê?

PREPARO JURÍDICO

CURSOS PARA CONCURSOS





